

Os Primeiros Brasileiros



PROJETO GRÁFICO E COORDENAÇÃO DE ARTE

Michaella Pivetti e Marcelo Max

ASSISTÊNCIA E EDITORAÇÃO

Mariana Nóbrega

0482i

Oliveira, João Pacheco

Os primeiros brasileiros / curadoria de João Pacheco de Oliveira.

2.ed. red. e rev. de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional;
Museu Nacional, 2020. Edição em português.

ISBN 978-85-7233-010-7

Catálogo da exposição itinerante Os primeiros brasileiros, sediada no Arquivo
Nacional, Rio de Janeiro.

1. Índios do Brasil. 2. Cultura Brasileira. 3. Exposição.

CDD 572.981

Os Primeiros Brasileiros

2019

APRESENTAÇÃO

O Arquivo Nacional tem a honra e a alegria de convidar o público a visitar em sua sede a exposição Os Primeiros Brasileiros, que reúne peças do acervo do Museu Nacional – de artefatos etnográficos a fotografias, ilustrações e documentos audiovisuais – que remontam à história, ao presente e às tradições dos povos indígenas, habitantes originários do nosso país e constituintes da nossa cultura.

A honra e a alegria vêm de dois motivos. O primeiro é o gesto de abraço ao Museu Nacional, pouco mais de um ano após o trágico incêndio que tanto comoveu a todos nós. Ao receber e levar ao público a exposição, podemos mostrar que o Museu Nacional vive, não apenas por meio dos remanescentes do seu acervo, mas, sobretudo, pelo trabalho e conhecimento de seus técnicos, pesquisadores e cientistas. Para além da mostra, as duas instituições firmaram um protocolo de intenções, base para a cooperação técnica e o apoio material no processo de resgate do museu. Mais do que qualquer dimensão de ajuda material, esse protocolo representa o entrelaçamento das duas casas, cujas missões se encontram na defesa do patrimônio histórico, científico e cultural brasileiro.

O segundo motivo é a temática da exposição, o índio na sociedade brasileira. O Arquivo Nacional é órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a quem compete a política indigenista nacional, exercida, principalmente, pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O próprio acervo da instituição é riquíssimo em documentos sobre o tema, já tendo sido objeto de exposições e publicações. O sempre vivo e atual debate se enriquece com a concepção apresentada pelos curadores em Os Primeiros Brasileiros, que propõe ao público ir além dos estereótipos e conceitos arraigados, e conhecer ou reconhecer-se nas obras agora expostas no Arquivo Nacional.

Neide De Sordi

OS PRIMEIROS BRASILEIROS

A exposição Os Primeiros Brasileiros propõe ao visitante um passeio pela história do Brasil assinalando as diferentes formas pelas quais os indígenas do Nordeste foram vistos e incorporados ao processo de formação nacional. Para isso, a mostra é integrada por seis espaços distintos: os primeiros brasileiros, o mundo colonial, o abrigo missionário, o índio como símbolo nacional, o mundo indígena e os indígenas no Brasil contemporâneo.

As imagens e as músicas têm um lugar essencial na exposição, funcionando como disparadores de significados. Os textos são âncoras e detalhamento da narrativa, que deve ser intuída, sobretudo, através das imagens. O objetivo é estimular o visitante a vivenciar um processo de reavaliação efetiva do “nós” e dos “outros”, oferecendo ao público imagens e informações de natureza histórica e cultural que propiciam uma identificação positiva com aquelas coletividades. A exposição pretende favorecer o despertar de novas questões, emoções e perspectivas sobre os indígenas do Brasil, constitutindo-se em uma estrada aberta ao fim da qual cada um poderá reexaminar seus próprios conceitos e opiniões, distanciando-se dos estigmas e preconceitos com os quais operam tanto o senso comum quanto as representações eruditas e populares.

O fundamento legitimador dos direitos com que contam os indígenas hoje advém precisamente do reconhecimento de sua condição de herdeiros e descendentes da população autóctone. Seu direito à terra, à vida e ao bem-estar precede, portanto, em termos lógicos e históricos, à colonização portuguesa. Isso está consignado, inclusive, nos atos fundadores da nação brasileira, onde José Bonifácio de Andrada e Silva, o chamado “patriarca da Independência”, trata os indígenas como parte formadora de nosso povo e dá início a uma tradição jurídica que se estende até o indigenismo republicano (materializado no antigo Serviço de Proteção ao Índio), o Estatuto do índio e se atualiza na Constituição de

1988. Isso marca, igualmente, o pensamento social e as artes brasileiras. É por esse prisma que se constitui a exposição, assumindo sua ligação e compromisso com os direitos indígenas e a sua luta atual por formas de cidadania diferenciada.

A NARRATIVA

Nos primeiros contatos, a população autóctone não foi de forma alguma caracterizada pelos europeus como decadente, feia ou miserável. Era vista, ao contrário, com admiração e espanto. Alguns acreditaram, inclusive, que aqui no Brasil se localizava o paraíso terrenal. Esse é o objetivo da primeira parte da exposição, onde convidamos a uma viagem no tempo, transplantando o visitante aos séculos XVI e XVII, para conhecer os habitantes do Novo Mundo radicalmente distintos dos europeus, e exibindo com orgulho suas características culturais próprias.

Cabe destacar que as imagens utilizadas não provêm da Amazônia, mas, sim, de indígenas do Sul da Bahia (referidos na época como kamakás), do norte de Minas Gerais (botocudos) e do sertão de Pernambuco e Paraíba (tapuias). Ou seja, são registros exclusivamente da região Nordeste, nesta incluindo-se a bacia do São Francisco no estado de Minas Gerais.

Com o estabelecimento da empresa colonial, foi movida contra os indígenas uma guerra cruel e desigual, paradoxalmente designada de “guerra justa”, que os desalojou de seus territórios, instituiu formas disfarçadas de servidão e reprimiu pesadamente suas línguas e culturas. Foi nesse processo, quando já estavam em marcha as cadeias da colonização, que os índios passaram a ser descritos maldosamente sob o viés da crueldade e do atraso.

Tais relatos serviram para silenciar as violências praticadas contra eles e justificar mecanismos repressores disciplinadores (dos mais duros, como as tropas de resgate e as guerras justas, até a tutela missionária e a estatal). Assim nasceu o mundo colonial, ancorado na radical clivagem entre autóctones e colonizadores, que alimentou as posturas intolerantes e racistas que ainda hoje estão associadas às práticas de exclusão social.

O mundo colonial, em termos formais, se encerrou no século XIX com dois movimentos contraditórios, a extinção dos aldeamentos e a paradoxal (e simultânea) idealização do índio. A declaração de autoridades sobre a inexistência de índios nos estados do Nordeste conduziu à venda e fragmentação das terras de antigos aldeamentos (ditas então desabilitadas). No plano das ideias e representações, o império do Brasil escolheu apresentar-se no concerto das nações com uma grande singularidade – a de ter o indígena como seu ancestral.

Ao construir imagens que engrandecem de maneira exclusiva os indígenas do passado, o romantismo veio paralelamente a corroborar sua insignificância no presente. É com fundamento nesse solo de imagens e significações que estão alicerçadas as matrizes de todas as manifestações (artísticas ou científicas, jurídicas ou consuetudinárias, eruditas ou populares) sobre os indígenas no Brasil. O ufanismo nacionalista e o indianismo então entre si associados no segundo império, assim como o indigenismo rondoniano e o imaginário popular do século XX.

O quinto módulo propõe-se ser um mergulho no mundo indígena, trazendo elementos de sua cultura material e de sua musicalidade. Evitando palavras e interpretações, convidamos o visitante a admirar e conhecer artefatos e sonoridades de aldeias indígenas atuais. A finalidade aqui é ver e ouvir, partilhar experiências, estabelecer identificações e diferenças. Apesar de declarados extintos e de serem expropriados de suas terras, os povos indígenas resistiram e continuaram a reelaborar suas culturas.

O século XX mostrou o reaparecimento dos indígenas na cena política e perante a consciência nacional. A legislação republicana lhes reconheceu direitos de proteção e assistência, possibilidade de que os índios vão se valer com muita habilidade. A instalação de postos indígenas e a destinação de pequenas glebas de terra aos índios criaram um

novo horizonte (em muitos casos, sobretudo virtual) para essas coletividades. A mobilização política, porém, longe de circunscrever-se ao universo tutelar, ganhou viço e dinamismo por si mesma. Assim sucederam-se as muitas lutas visando a retomada de seus territórios tradicionais, fortalecendo as identidades étnicas e estimulando o resgate e reelaboração de suas próprias tradições culturais. É disso que nos fala o último módulo, onde podemos ver líderes, eventos e personagens marcantes das histórias locais e específicas de alguns povos indígenas do Nordeste brasileiro. Tais sagas e narrativas épicas confluíram para a construção de um novo espaço social, onde os indígenas dessa região puderam exercer o sentimento de autovalorização de sua condição autóctone. São, de fato, os primeiros brasileiros!

CULTURAS VIVAS E EM CONSTRUÇÃO

Ainda hoje a imagem que se tem do índio permanece exclusivamente comprometida com o passado e a reconstrução idealizada de formas pretéritas, em geral equiparadas à primitividade. Seu aspecto primevo, sua inadequação e vulnerabilidade, bem como sua presumida tendência à extinção, jamais foram componentes naturais de sua existência, mas, sim, resultado de interesses coloniais e das duras formas de dominação que lhes foram impostas. O destino dos povos e culturas indígenas, tal como de qualquer outro grupo étnico ou nação, não está escrito previamente em lugar algum. Foram agentes sociais, políticas e ideologias que naturalizaram as diferenças culturais, religiosas e políticas, transformando-as em marcas de inferioridade e – consequentemente – em fatores de justificação do seu controle e subordinação. Não se pode de modo algum pretender olhar as culturas indígenas como se fossem puras, isoladas e primevas, classificando, por outro lado, os indígenas do Nordeste como “aculturados”. Todas as pessoas e coletividades se constroem dentro de circuitos de mútua informação.

Os índios do Nordeste, tal como os demais, não viveram em uma torre de marfim, mas no universo real da história, construindo sentidos e estratégias frente a jogos de poder impositivos e assimétricos. É necessário agora caminhar em outra direção, que esteja comprometida com o esforço de pensar os indígenas sob a chave da criação de cultura. Tais pessoas e coletividades devem ser concebidas como produtores de símbolos, utopias e formas societárias que não se limitam a reproduzir formas passadas, mas correspondem a atualizações e criações motivadas pela dimensão contemporânea. As manifestações da cultura dos povos indígenas atuais do Nordeste resultam de um diálogo ativo dessas coletividades com outras, portadoras de tradições culturais contrastantes (europeias e africanas) com que interagiram em contextos históricos múltiplos e bem diferenciados. A história dos povos indígenas do Nordeste se expressa e se realiza através de homens e mulheres, na dimensão individual e familiar, nas condutas cotidianas. O passado imediato é composto pela memória de uma infinidade de vidas anônimas, de pessoas e rostos que tiveram que esconder sua identidade étnica para poder sobreviver. Sem elas não poderiam manter-se o sangue e a cultura que circulam atualmente nas aldeias indígenas. Os jovens indígenas de hoje em dia vão buscar nas gerações passadas os valores e conhecimentos indispensáveis para ancorar suas expectativas de futuro. Sua aposta é que o mundo atual pode absorver – e até valorizar – a diversidade cultural e que a diferença não inspira necessariamente intolerância, preconceito e violência. Que é possível virar pelo avesso a armadilha da colonização e construir uns “outros quinhentos” na história do Brasil contemporâneo. Onde os indígenas sejam reconhecidos enquanto forjadores da nação e parte importante da atualidade. Onde esses primeiros brasileiros possam ser por todos identificados positivamente, tratados não apenas com compreensão e respeito, mas com admiração e orgulho. Uma tal atitude deve ser estendida a este país e aos muitos braços, mentes e corações que ajudaram a construí-lo. Sem discriminação de cor, origem social, orientação religiosa ou procedência geográfica. Esta é igualmente a nossa aposta!

João Pacheco de Oliveira

Os primeiros brasileiros

TERRA BRASILIS

TERRA BRASILIS. LOPO HOMEM (COM PEDRO E JORGE REINEL), 1515-1519, ATLAS MILLER

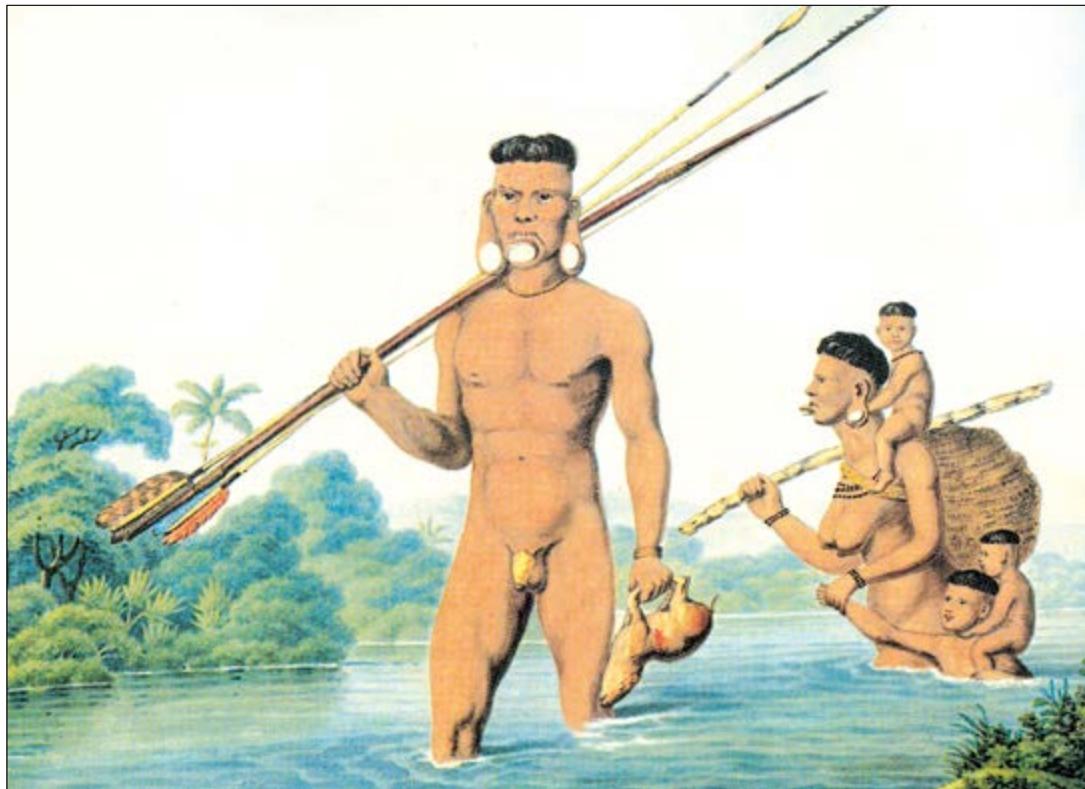


ÍNDIO KAMAKÁ MONGÓIO E ÍNDIA KAMAKÁ. JEAN BAPTISTE DEBRET. VIAGEM PITORESCA E HISTÓRICA PELO BRASIL (1816-1831)



“A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara.”

Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey – 1500



“seus corpos são tão limpos e tão gordos e tão formosos, que não pode ser mais! Andavam todos tão dispostos e tão bem feitos e galantes com suas tinturas que agradavam. (...) E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles.”

Carta de Pero Vaz de Caminha a El Rey – 1500



No momento da descoberta, a população autóctone não era pequena nem frágil. Em 1527, d. João III, rei de Portugal, ordenou o primeiro levantamento da população do país, anotando-se a presença de cerca de 1,2 milhão de almas. Segundo os cálculos da demografia histórica, a população nativa do futuro território do Brasil estaria dentro de um parâmetro de cinco milhões (máxima) e 1,5 milhão (mínima), em qualquer caso superior àquela da metrópole.



DANÇA TAPUIA. ALBERT ECKHOUT





FAMÍLIA DE BOTOCUDOS EM MARCHA. JEAN BAPTISTE DEBRET. VIAGEM PITORESCA E HISTÓRICA PELO BRASIL (1819-1831)

séc. XVI-XVII



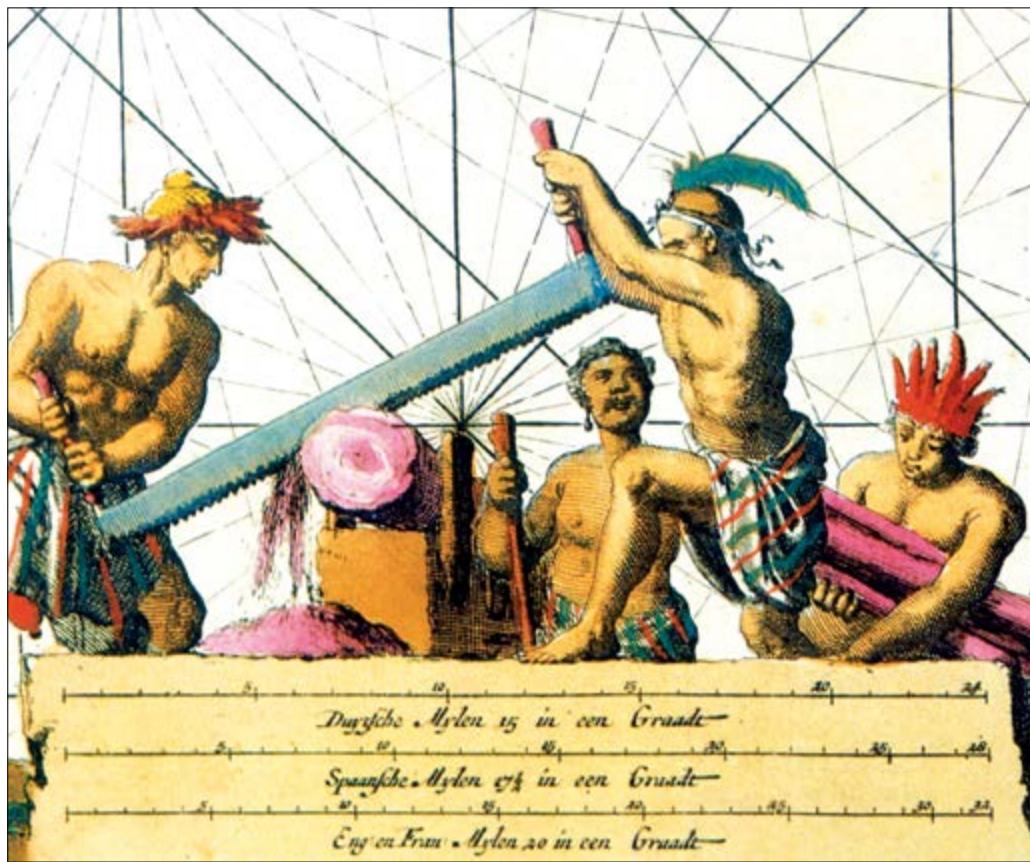


O mundo colonial

NEGOCIANTES DE ESCRAVOS. JEAN BAPTISTE DEBRET. VIAGEM PITORESCA E HISTÓRICA PELO BRASIL (1816-1831)



GIOVANNI BATTISTA RAMUSIO (DETALHE), 1556



Os primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas estavam voltados para a troca do pau-brasil por quinquilharias diversas. Portugueses e franceses montaram feitorias e iniciaram relações de aliança com os indígenas, dando origem a conflitos e escaramuças, chamados por alguns de “guerra do pau-brasil”, onde os nativos eram largamente utilizados. À medida que Portugal reforçou o seu controle sobre a região e o comércio tornou-se mais intenso e regular, as relações deixaram de ser eventuais e simétricas, para começar a gerar vínculos de dependência e escravizamento dos indígenas.



“Todos os anos vinham a Pernambuco 45 navios, pouco mais ou menos, a carregar açúcar e pau-brasil, que era da melhor qualidade (...).”

Pereira da Costa, F. A. Anais Pernambucanos. Recife: Fundarpe, 1983. VI. p. 464. (Texto referente à década de 1570)



COMME LES INDIENS COUPENT ET TRAITENT LE SUCRE (COMO OS ÍNDIOS CORTAM E TRATAM A CANA-DE-AÇÚCAR). PIETER VAN DER AA. 1729, SOBRE DESENHO DE THEODORE DE BRY

Durante a maior parte do período colonial, a escravização regular de índios era tida como prática ilegal e explicitamente censurada nas regulamentações da Coroa, o que não impediu a existência de muitas formas de burlar tal proibição. A mais simples era simular que se tratava de meras relações de trabalho, que podiam ser desfeitas de acordo com a vontade e consciência dos indígenas. Em decorrência de seu caráter clandestino, não são disponíveis dados quantitativos sobre a escravidão de indígenas e seu peso na economia da colônia no século XVI e início do XVII.

A população nativa foi largamente usada não só na coleta do pau-brasil, em obras públicas (na construção de fortificações, igrejas e caminhos) e como soldados, mas também na lavoura de açúcar, nos engenhos e nas minas de salitre. Os dados indicam que a população indígena aldeada pelos jesuítas em torno de Olinda era, em 1570, pelo menos duas vezes superior à população local.



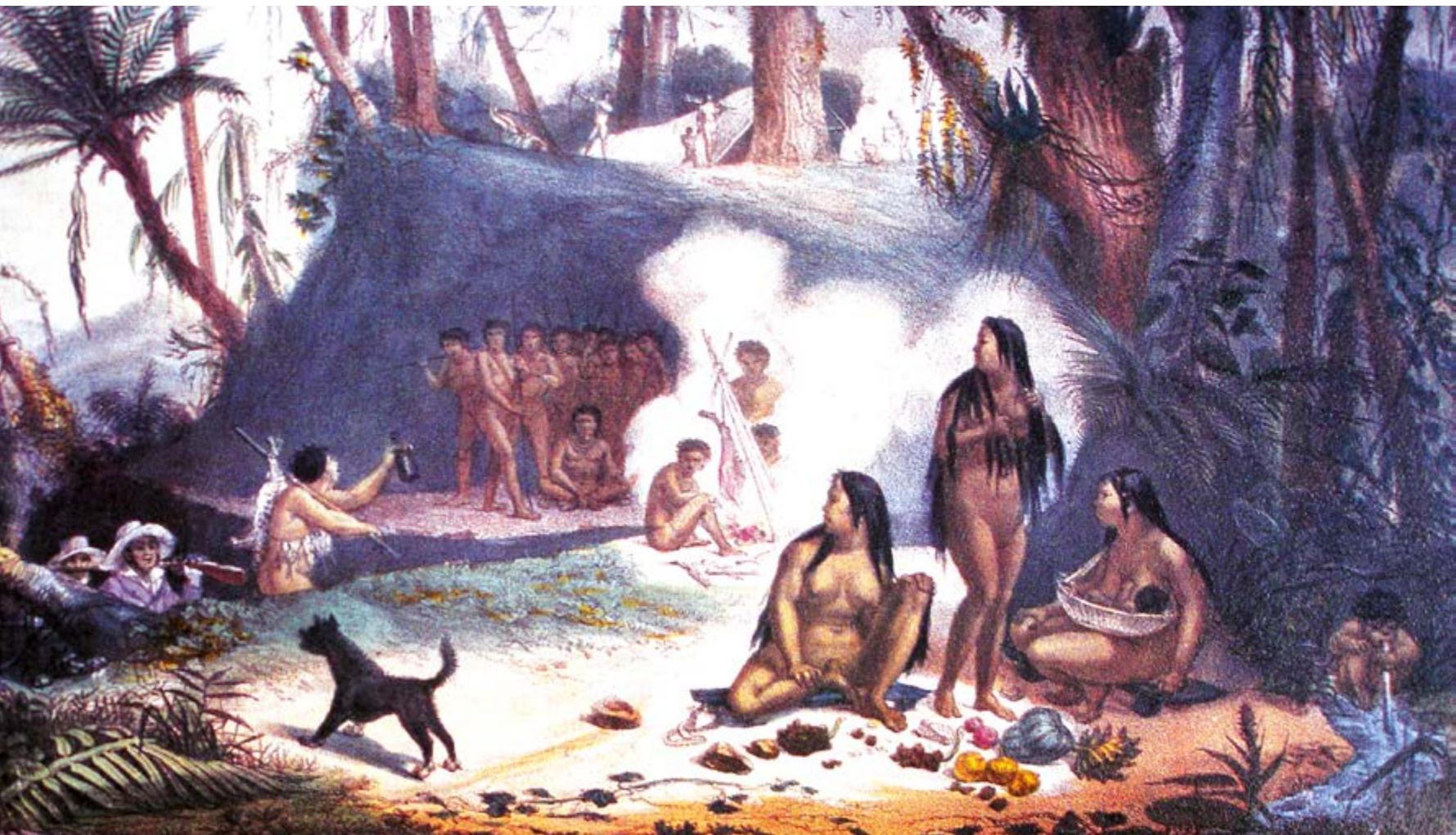
“Não havia branco, por pobre que fosse, que não tivesse vinte ou trinta índios, de que se serviam como cativos, e os ricos tinham aldeias inteiras.”

Frei Vicente de Salvador. História do Brasil



“Com certos enganos e com algumas dádivas de roupas e ferramentas (...) abalavam aldeias inteiras e em chegando à vista do mar, apartavam os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos e ainda às vezes a mulher do marido (...). Todos se serviam deles em suas fazendas e alguns os vendiam, porém com a declaração de que eram índios de consciência e que não lhes vendiam senão o serviço. Quem os comprava, pela primeira culpa ou fugida, os ferrava na face, dizendo que lhe custaram seu dinheiro e eram cativos.”

Frei Vicente de Salvador. História do Brasil: 1500-1627. São Paulo: Melhoramentos, 1965 [1627]. p. 186-188



Um dos mais eficientes instrumentos de dominação dos indígenas foi o uso da aguardente, que colocava os nativos como joguete dos interesses dos forasteiros, acompanhando sempre o comércio desigual, propiciando o aliciamento de trabalhadores ou favorecendo a desocupação de terras para a colonização.



Outro meio de obtenção de escravos indígenas eram as “tropas de resgate”, expedições armadas que invadiam as aldeias e “libertavam” índios, supostamente destinados a antropofagia. Ao invés de serem libertos, os prisioneiros eram conduzidos às cidades e distribuídos entre os colonos. Nesses casos tratava-se de uma escravidão temporária e legal que - alegava-se - visava compensar os gastos com as expedições de resgate. Tais práticas instituíram um mercado paralelo de escravos índios.



As “guerras justas” foram um outro artifício para conseguir escravos indígenas e liberar terras para a colonização. Muitas eram as razões para uma declaração de “guerra justa”, como o ataque às fazendas e povoações, o roubo de gado, a interrupção dos caminhos ou a mera recusa em aceitar a formação religiosa (católica).



“é muito importante o reparo que vosmecê deve fazer em não consentir que deixem de degolar os bárbaros grandes”, perseguindo-os até a sua extinção “de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as más nações”. Quanto aos “pequenos e às mulheres, de quem não podem haver perigo que ou fujam, ou se levantem”, seriam feitos escravos para “o estímulo e gosto dos soldados”.

Carta de Matias da Cunha, governador de Pernambuco, para Manuel de Abreu Soares, comandante de tropa na chamada “Guerra dos Bárbaros” (1651 a 1704). Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 10:275/6

11

Esse monstro... – o que vem cá buscar?

Não sabeis o que o monstro procura?

Não sabeis a que vem, o que quer?

Vem matar vossos bravos guerreiros,

Vem roubar-vos a filha, a mulher!

Vem trazer-vos crueza, impiedade –

Dons cruéis do cruel Anhangá;

Vem quebrar-vos a maça valente,

Profanar manitôs, maracás.

Vem trazer-vos algemas pesadas,

Com que a tribo tupi vai gemer;

Hão de os velhos servirem de escravos,

Mesmo o piaga inda escravo há de ser!

Fugireis procurando um asilo,

Triste asilo por ívio sertão;

Anhangá de prazer há de rir-se,

Vendo os vossos quão poucos serão”

GONÇALVES DIAS, Antônio. “O canto do piaga”

Povos indígenas extintos

<i>Abacatiara</i> – BA/PE	<i>Caboré</i> – RN	<i>Imboré</i> – BA/MG	<i>Ori</i> – BA
<i>Abetirá</i> – PI	<i>Caeté</i> – PE/AL	<i>Inhamum</i> – CE	<i>Panacu-açu</i> – RN
<i>Acaracu</i> – CE	<i>Camaçu</i> – CE	<i>Ituaçá</i> – PE	<i>Panati</i> – PB/RN
<i>Acimi</i> – CE	<i>Canarim</i> – BA/ES	<i>Jaguaribara</i> – CE	<i>Panyame</i> – BA/MG
<i>Aconguassu</i> – CE	<i>Candadu</i> – CE	<i>Jaguaruana</i> – CE	<i>Payacu</i> – RN/CE/PB
<i>Acriú</i> – CE	<i>Carapotanga</i> – PI	<i>Jaicó</i> – PI	<i>Payayá</i> – BA
<i>Acroá</i> – PI/BA	<i>Carati</i> – CE/PI	<i>Jandui</i> – PB/RN/CE	<i>Pegas</i> – PB/RN
<i>Aimoré</i> – BA/MG	<i>Caratiú</i> – CE/PI	<i>Kapoxó</i> – BA/MG	<i>Pimenteiras</i> – PE/PI/BA
<i>Aitetu</i> – PI	<i>Caririvasu</i> – PE/AL	<i>Kipeá-kariri</i> – PB	<i>Pontá</i> – BA
<i>Alonga</i> – PI	<i>Caririyou</i> – PE	<i>Krekmun</i> – BA/MG	<i>Poty</i> – PI
<i>Amixokori</i> – BA/MG	<i>Cariú</i> – CE	<i>Kumanaxó</i> – BA/MG/ES	<i>Projé</i> – AL
<i>Amoipira</i> – BA	<i>Cariuané</i> – CE	<i>Kurupehé</i> – BA	<i>Quesque</i> – PE
<i>Anaperu</i> – CE/PI/MA	<i>Catrimbi</i> – BA	<i>Kutatói</i> – BA	<i>Quitaiaiú</i> – CE
<i>Anayó</i> – BA	<i>Corema</i> – PB/RN	<i>Kutaxó</i> – BA	<i>Quixariú</i> – CE
<i>Araió</i> – PI/MA	<i>Corerá</i> – PI	<i>Lanceiros</i> – BA/PI	<i>Quixelô</i> – CE
<i>Aramuru</i> – SE	<i>Coripós</i> – BA/PE	<i>Makuni</i> – BA/MG	<i>Quixexeu</i> – CE
<i>Aranbi</i> – PI/MA	<i>Corsiã</i> – PI	<i>Malali</i> – BA/MG	<i>Romari</i> – SE/AL
<i>Areás</i> – PE	<i>Cupeguaca</i> – PI	<i>Maracá</i> – BA	<i>Sakrakrinha</i> – BA
<i>Areriuú</i> – CE	<i>Cupicheré</i> – PI	<i>Mariquito</i> – PE/AL	<i>Takarijú</i> – PI/CE
<i>Aricobé</i> – BA	<i>Cupinbaró</i> – PI	<i>Masakará</i> – BA	<i>Tamaquiúis</i> – BA/PE
<i>Arikeuma</i> – RN	<i>Dzubukuá-Kariri</i> – BA/PE	<i>Meatã</i> – PI	<i>Tapui-mirim</i> – BA
<i>Ariú</i> – PB	<i>Galacho</i> – BA/PI	<i>Menyã</i> – BA	<i>Tocoyó</i> – BA
<i>Aroaqui</i> – PI	<i>Garanbum</i> – PE	<i>Mocoazes</i> – BA/PI	<i>Topim</i> – BA
<i>Arocanguira</i> – PI	<i>Goyaná</i> – BA	<i>Mongoyó</i> – BA	<i>Tucanuçu</i> – BA
<i>Aruá</i> – PI/MA	<i>Guanaré</i> – PI/MA	<i>Monoxó</i> – BA	<i>Tupiná</i> – BA/SE
<i>Avis</i> – PE	<i>Guaratiz</i> – PI	<i>Nampuruk</i> – BA/MG/ES	<i>Ubirajara</i> – BA
<i>Baturité</i> – CE	<i>Gueguê</i> – PI/MA	<i>Natu</i> – AL/SE	<i>Uruá</i> – AL
<i>Beirtés</i> – PI	<i>Ichú</i> – PE	<i>Nocg-Nocg</i> – BA/MG	<i>Vaipeba</i> – PE/AL
<i>Bocoreima</i> – PI	<i>Icó</i> – CE/PB/RN	<i>Ocongá</i> – PI/CE	<i>Vouvê</i> – PE
<i>Boimé</i> – SE	<i>Icozinhos</i> – CE/PB/RN	<i>Ocren</i> – BA	

FONTE: MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJU. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2002. 93 P. : IL. BBE. EDIÇÃO FAC-SIMILAR.
EDITADO EM COLABORAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OUTROS 500: CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. SÃO PAULO: SALESIANA, 2001

O abrigo missionário

Os conflitos entre os colonos e os jesuítas levaram a constantes alterações na legislação, cuja peça básica foi o Regimento das Missões (1580). Os moradores acusavam os missionários de inviabilizar o desenvolvimento da colônia, alegando que estes pretendiam monopolizar o trabalho indígena, carreando-o para seus próprios empreendimentos. Os jesuítas, de outro lado, eram aliados da Coroa portuguesa, que se beneficiava da ampliação do tráfico de escravos negros, da consolidação de casas de comércio e do aumento do poderio lusitano na África.

Apesar do antagonismo entre colonos e jesuítas, é preciso ter presente que as missões de fato não correspondiam a uma recusa a que os indígenas prestassem serviço aos primeiros, funcionando ao contrário como uma instância necessária de adaptação cultural e como celeiro de futuros trabalhadores. Segundo as disposições gerais do regime das aldeias, os indígenas deviam repartir o seu tempo entre os serviços prestados aos moradores, à Coroa e à própria missão.



ELEVAÇÃO DA CRUZ EM PORTO SEGURO (DETALHE). PEDRO PERES, 1879

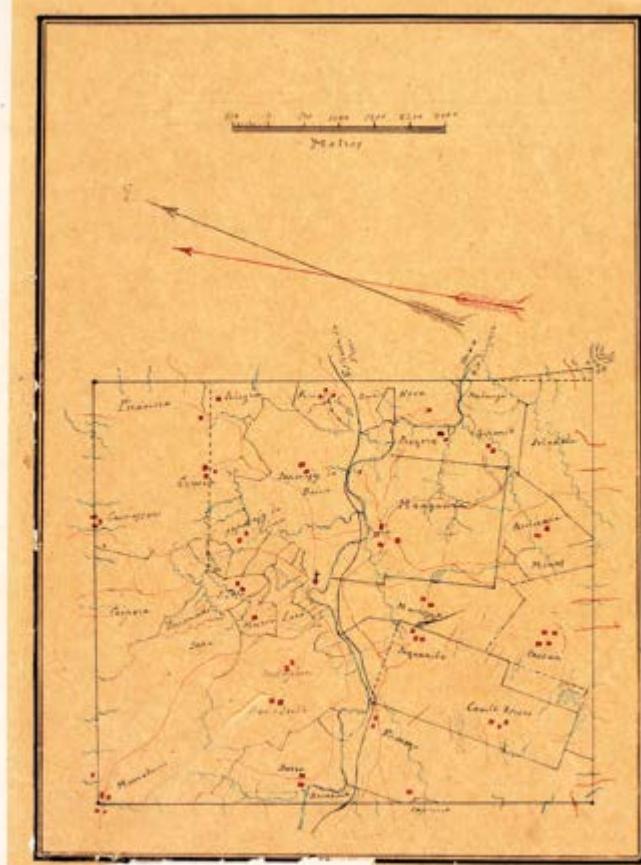


IGREJA NOSSA SENHORA DAS MONTANHAS – XUCURU, PE. FOTO: ROBERTO SOARES. | IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – FULNI-Ô, PE. FOTO: MARCONDES SECUNDINO. | IGREJA DE MIRANDELA – KIRIRI, BA. ACERVO ANAI | IGREJA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, MONTEMOR. FOTO: BRUNO PACHECO DE OLIVEIRA. | IGREJA DE SANTO ANTONIO DO PAMBU. ACERVO ANAI | IGREJA DE ALMOFALA, CE. COLEÇÃO CARLOS ESTEVÃO – ACERVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. | IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – ÁGUAS BELAS. FOTO: MARCONDES SECUNDINO. | IGREJA NOSSA SENHORA DA SAÚDE – PANKARARU. FOTO: JOSÉ MAURÍCIO ARRUTI. | IGREJA SÃO PEDRO E SÃO PAULO – MAMANGUAPE, PB. FOTO: BRUNO PACHECO DE OLIVEIRA

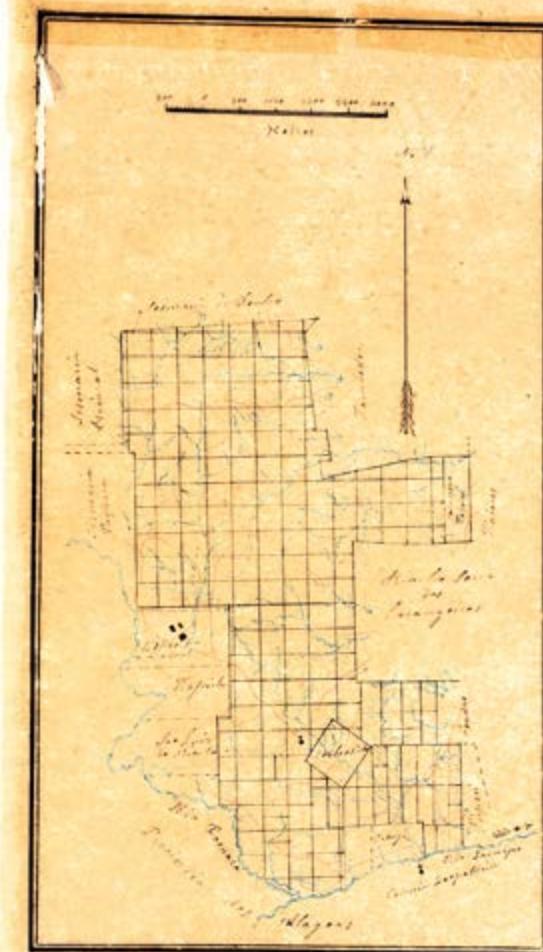
Quadro das celebrações de santos católicos (“padroeiros”) feitas em áreas indígenas

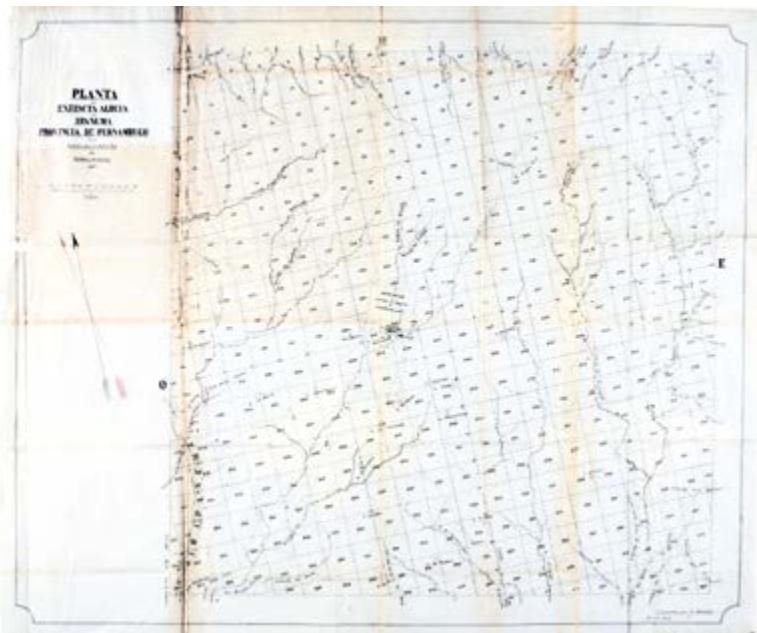
povo	aldeamento	santo padroeiro
Xocó	Caiçara e Ilha de São Pedro	São Pedro, chamado de São Pedrinho
Pankararu	Brejo dos Padres	Nossa Senhora da Saúde
Xukuru	Cimbres/Ararobá	Nossa Senhora das Montanhas/Mãe Tamain
Potiguara	São Miguel da Baía da Traição	São Miguel
Potiguara	Montemor	Nossa Senhora dos Prazeres
Tapeba	Caucaia	Nossa Senhora dos Prazeres
Tremembé	Almofala	Nossa Senhora da Conceição
Fulni-ô	Águas Belas	Nossa Senhora da Conceição
Tuxá	Rodelas	São João Batista
Atikum	Olho d'Água do Padre/Saco da Penha	Nossa Senhora da Penha
Pitaguary	Santo Antônio do Pitaguary	Santo Antônio
Kapinawá	Macaco/Mina Grande	São Sebastião
Tupinambá	Olivença	São Sebastião
Pataxó	Barra Velha	São Sebastião
Tupiniquim	Santa Cruz/Nova Almeida	São Benedito
Kiriri	Mirandela	Nosso Senhor da Ascensão
Kaimbé	Massacará	Santíssima Trindade
Truká	Ilha da Assunção	Nossa Senhora da Conceição
Tumbalalá	Pambu	Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio
Xakriabá	São João das Missões	São João

Esboço do extinto aldeamento de Escada 381



Esboço do extinto aldeamento de Riacho do Mato 382





“Na minha humilde opinião entendo que o Governo Imperial, deve quanto antes extinguir este aldeamento, o qual nenhuma utilidade traz ao Estado, e que talvez ainda ocasionne embaraços e perturbações de ordem pública. (...) serviram para patentear o mais solene atraso nos costumes e na indústria de seus habitantes.”

Ofício do engenheiro Luís José da Silva, 3/5/1869. Arquivo Público Jordão Emerenciano – Apeje. Códice DII, v. 19, fls. 140 e 141. Referente ao aldeamento Riacho do Mato



“Por ato de 25 de janeiro declarou à presidência extinto o aldeamento de Cimbres e por outro de 20 de março, ambos deste ano, os aldeamentos de Assunção e de Santa Maria. Providencie para que fiquem sob a guarda da tesouraria da Fazenda os edifícios e outros bens públicos, que nos mesmos estabelecimentos se acham.”

Relatório do Ministério da Agricultura pelo ministro João Lins de Vieira Cansanção de Sininbu, 1879



“documento público de 1863 (...). Mortos os índios, esquartejavam-se os cadáveres no meio da rua, e ficavam os quartos expostos aos cães; outros foram imprensados como sacos de algodão, e desde então não cessou a perseguição a esses miseráveis, com processos, recrutamentos e mortes. E tudo isso, para se tomar as terras desses infelizes, que desesperados se vão expatriando.”

Pereira da Costa, F. A. Anais Pernambucanos. Recife: Fundarpe, 1983. VI. p. 241



séc. XVI-XIX

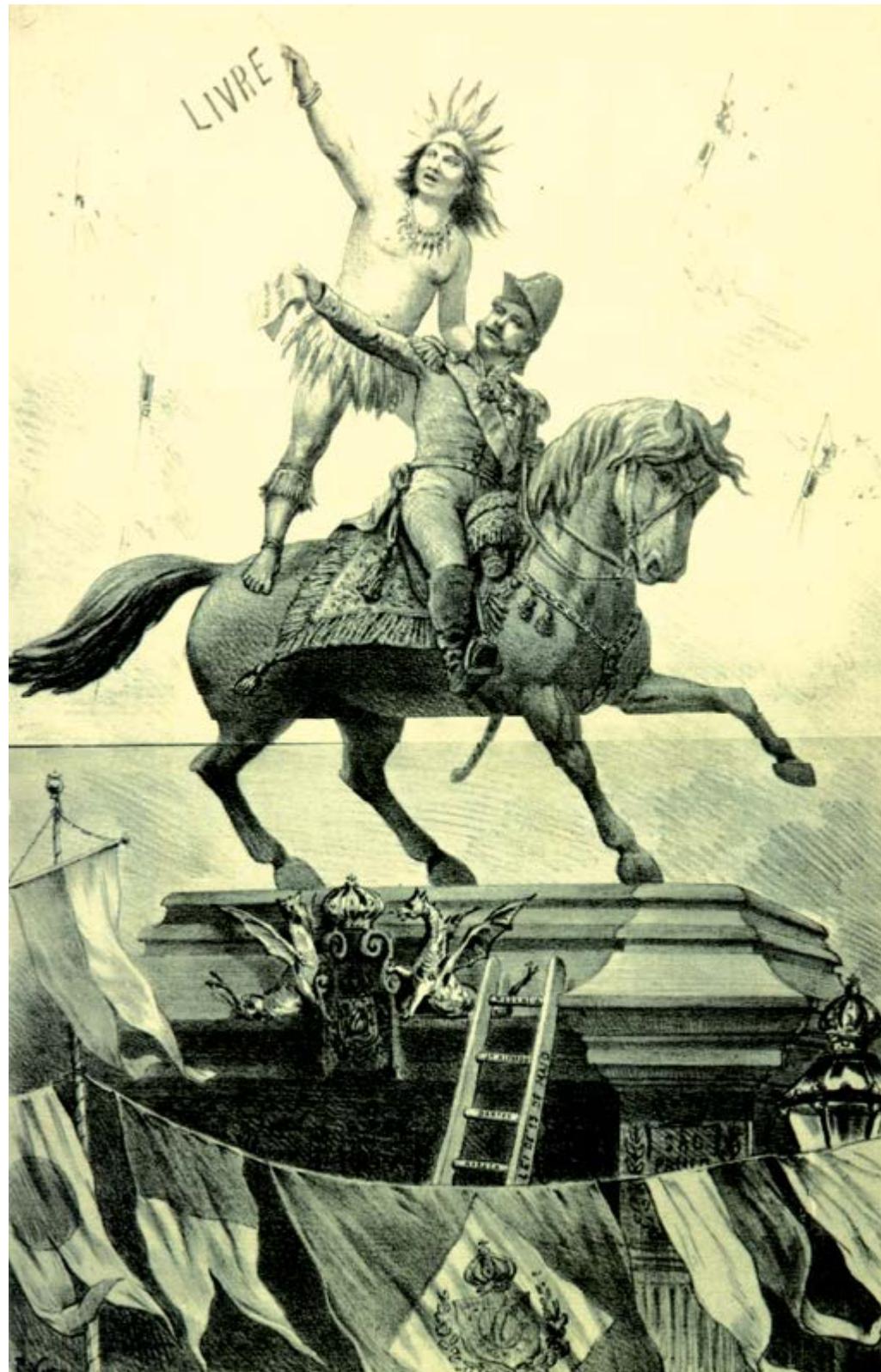


O índio como símbolo de nacionalidade

As charges constituem parte do imaginário de uma época. Através de seu traçado exagerado e satírico denunciam as práticas de seu tempo. Elencam, dentre os acontecimentos cotidianos, aqueles que mais promovem o pasmo e a reflexão.

Nesta charge, o índio foi posto, ao lado de d. Pedro I, como o anunciador da Independência. À representação do grito do Ipiranga soma-se a imagem do índio, a quem cabe o anúncio da liberdade. Liberdade da qual não desfruta. Sua incorporação à nação brasileira deu-se, sobretudo, através da manipulação, miséria e aprisionamento. Não como um elemento forte e vivo, mas como uma coletividade passada, idealizada e irreal.

O índio enquanto símbolo nacional é resultado de uma construção propositada. Foi, sobretudo, durante o império e a constituição do Brasil como nação, que o índio foi forjado enquanto elemento representativo deste país. Sua ascensão a símbolo nacional não constituiu uma preocupação com a sua existência contemporânea, cultural, física e material. A incorporação deu-se através da celebração como antepassado simbólico de um território sobre o qual construiu-se o Brasil.

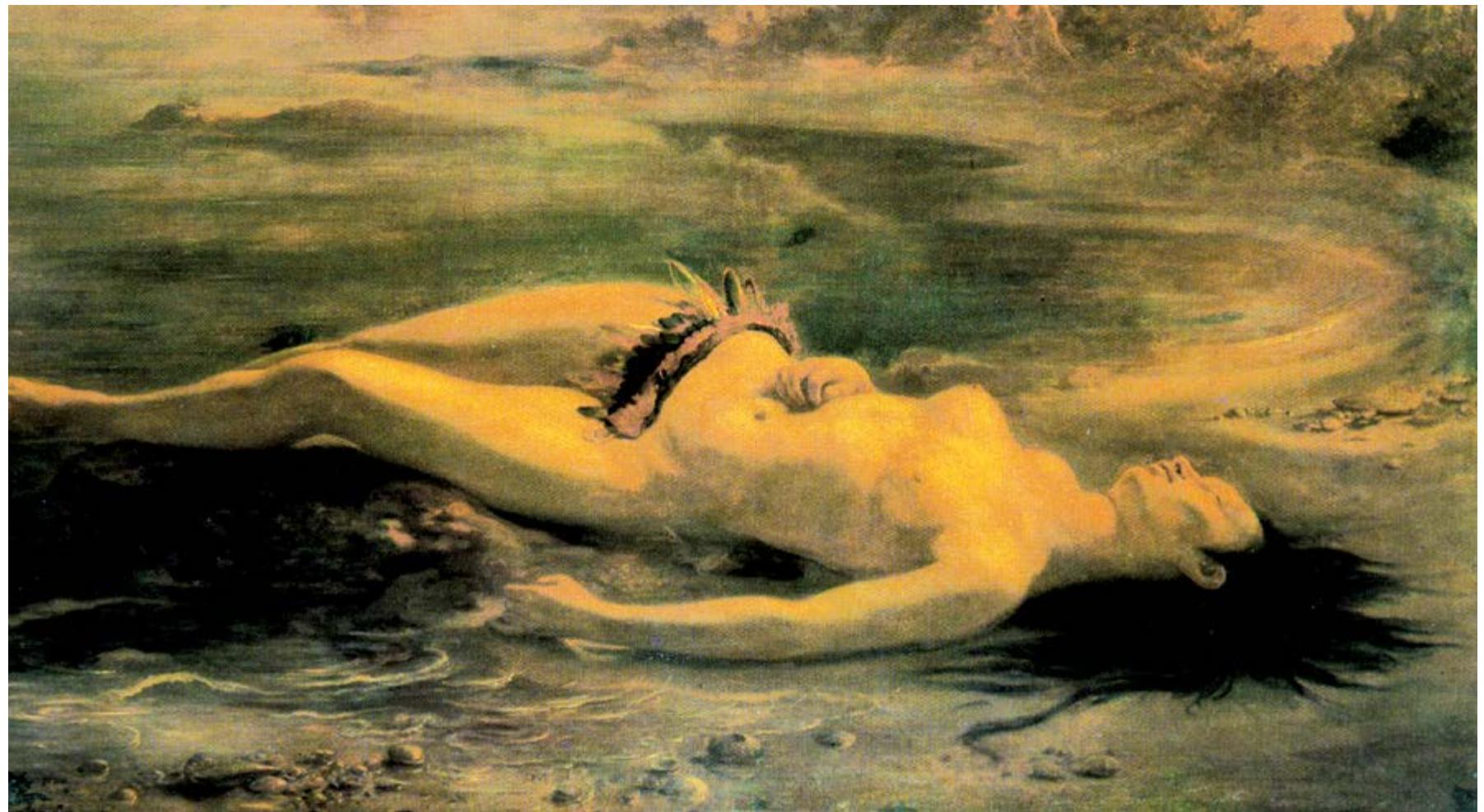


CHARGE EM LITOGRÁFIA. REVISTA ILUSTRADA, ANO 13, 1888, N° 513. ANTÔNIO BERNARDES PEREIRA NETO

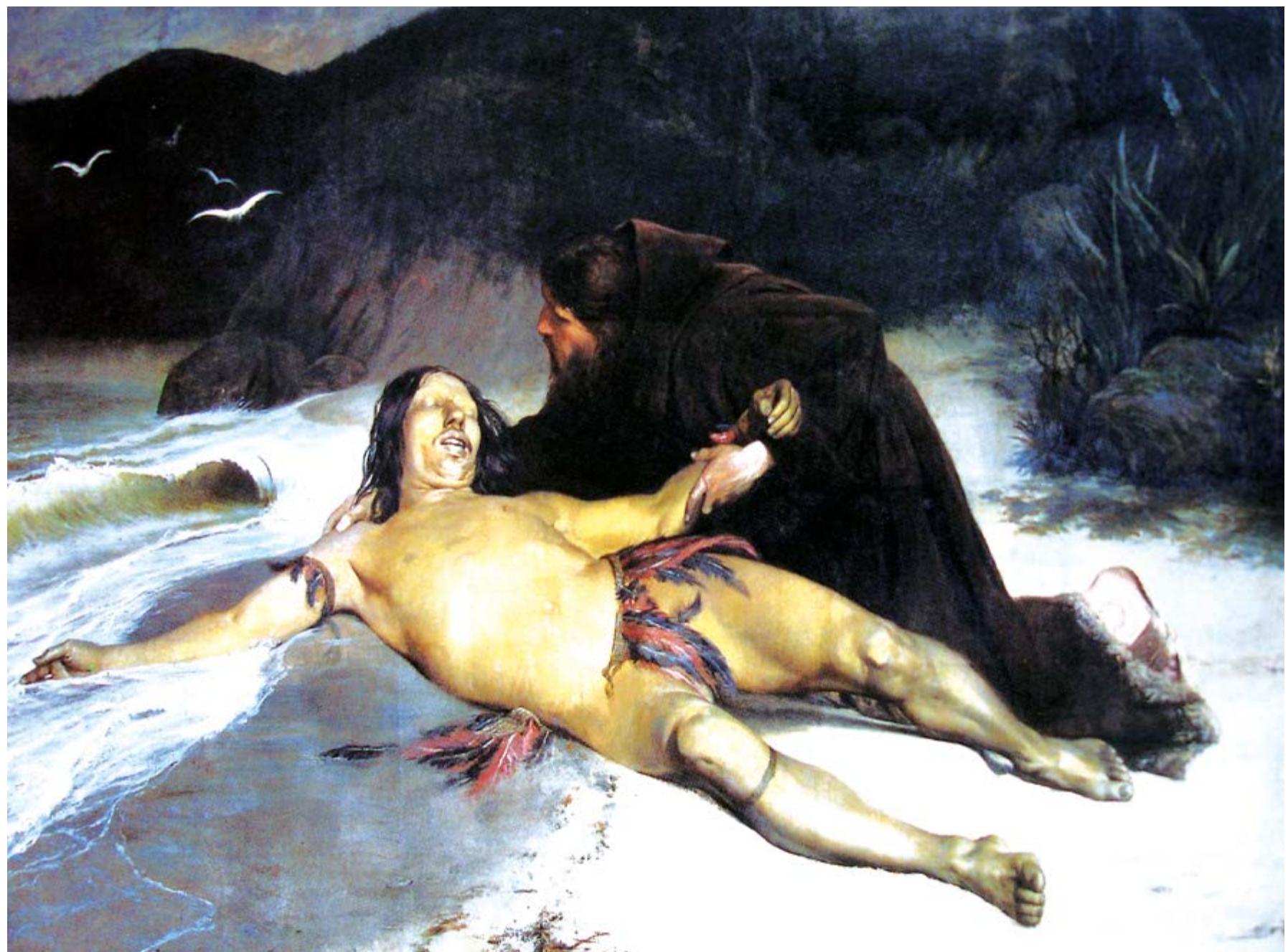


Desde a Independência, o índio tem sido pensado pelas camadas populares como um importante símbolo da nacionalidade. Em 2 de julho de 1823, as tropas favoráveis à emancipação do Brasil, após uma série de batalhas, derrotaram definitivamente as forças portuguesas e vieram a tomar o controle da cidade de Salvador. Conta-se que para festejar o acontecimento populares colocaram um indígena sobre uma carroça e desfilaram em cortejo pela cidade. Nos anos seguintes consolidou-se uma associação entre a comemoração da Independência e a celebração da figura do caboclo. Uma escultura veio a tornar indissociável esse vínculo, pois mostra o caboclo, armado de uma lança, vencendo o português (representando por elmo e armadura). É essa personagem que, toda enfeitada de flores, polarizava as atenções e comandava o cortejo.

Essa tradição continua a materializar-se no desfile cívico de dois de julho, realizado pelas ruas de Salvador. A figura do caboclo é reverenciada não apenas como parte de uma reminiscência histórica, mas como uma verdadeira entidade religiosa, capaz de atender aos pedidos e promessas feitos pela multidão. Desfilam nesse dia autoridades governamentais, grupos escolares de todo o Estado, bem como afoxés e filhos de santo, numa interessante síntese religiosa.



MOEMA, VITOR MEIRELES, 1866



O ÚLTIMO TAMOIO. RODOLFO AMOEDO, 1883

O romantismo nas artes elegeu o índio como um tema de inspiração poética. Não os indígenas reais de que falavam os relatórios administrativos ou as notícias de jornais da época (ao descrever conflitos fundiários e sempre externando avaliações negativas e preconceituosas). Ao contrário, as representações que surgiram eram construções altamente idealizadas, descreviam-nos como bons e altivos, segundo cânones que supostamente teriam precedido à colonização.

De certa forma era a velha crença no paraíso terrenal que retornava, mas já sem os componentes religiosos, agora claramente associada ao nacionalismo e ao desejo de forjar uma unidade nacional. Obras como *Iracema* e *O guarani* se popularizaram extraordinariamente, mostrando que os brasileiros poderiam reivindicar uma descendência singular, bem diferente da europeia, mas marcada por outros modelos de nobreza e beleza.

Mas para celebrar o índio como antepassado era necessário que ficasse bem caracterizado seu distanciamento do tempo presente. Uma das formas de fazer isso era enfatizar através das produções artísticas a tragédia de sua extinção. É o que fazem Vitor Meireles e Rodolfo Amoedo ao escolher representar personagens que, na dimensão individual e em virtude de narrativas diferentes, expressam igualmente o vaticínio de uma (presumidamente inexorável) condenação do índio ao desaparecimento.

séc. XIX-XX



Mundo indígena



ÍNDIO TUPINAMBÁ. FOTO: BRUNO PACHECO DE OLIVEIRA

coçar

PLUMÁRIA





PALHA



FOTO DO MENINO KARIRI-XOCO: PAULO PEREIRA

armadilhas



FOTOS DAS PEÇAS: PAULO PEREIRA

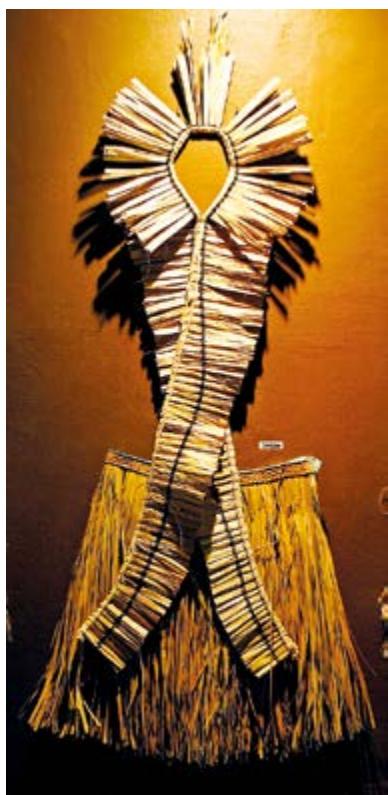
armas



FOTO DO ÍNDIO XUCURU: ARQUIVO DO JORNAL DO COMÉRCIO

fardamentos

44 | os primeiros brasileiros



FOTOS DAS PEÇAS: PAULO PEREIRA. FOTO ÍNDIO XUCURU: ARQUIVO DO CINI



PRAIÁ EM PALHA

religião



séc. XX-XXI





Mundo contemporâneo

Xukuru

Durante a Guerra do Paraguai, um batalhão composto por 82 Xukuru foi convocado para lutar, retornando apenas 12 sobreviventes. Em recompensa aos atos de bravura, a princesa Isabel concedeu-lhes os títulos das terras que ocupavam.

No entanto, o aldeamento de Cimbres, com uma população de 789 índios, distribuídos em 238 famílias, foi extinto em 25 de janeiro de 1879, por ordem do barão de Buíque, último diretor dos índios de Pernambuco. Apenas em 1954, o Serviço de Proteção aos Índios estabeleceria um posto indígena na área, sem, no entanto, resolver a situação fundiária dos Xukuru, uma vez que a própria sede do posto contava com apenas 6,5 hectares para mais de dois mil índios.

Nos anos 1980, sob a liderança de Francisco de Assis Araújo, o cacique Xicão, e contando com o apoio de setores da igreja e movimentos sociais, foi encaminhada a reivindicação para regularização de suas terras.

Uma vez iniciada a luta pela demarcação da terra indígena, instaurou-se um conflito aberto com os fazendeiros de Pesqueira. O cacique Xicão e outras lideranças indígenas passaram a sofrer constantes ameaças e atos de violência. O próprio cacique Xicão foi morto em 1998. A situação na área ainda é tensa e, recentemente, o cacique Marcos, filho do cacique Xicão, sofreu um atentado que deixou um indígena morto e dois feridos.



FOTO XICÃO E MARCOS XUCURÚ: ARQUIVO CIMI. FOTO MANIFESTAÇÃO XUCURÚ: ARQUIVO DO JORNAL DO COMÉRCIO

Fulni-ô

Os Fulni-ô são o único grupo indígena do Nordeste que mantém sua língua materna, o Yathê. Têm como elementos constitutivos de sua identidade o segredo em relação às suas práticas rituais e à reclusão de três meses durante o ano no espaço sagrado denominado Ouricuri.

Habitavam as margens do rio Ipanema e eram conhecidos pelas autoridades do século XVIII como Carijó ou Carnijó. Em 1832, por solicitação de brancos, concederam 80 hectares de suas terras para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição. Foi isso que deu origem ao núcleo urbano da cidade de Águas Belas. Em 1861, o governo imperial declarou extinto o antigo aldeamento do Ipanema, dividindo-o em lotes individuais, distribuídos tanto aos não índios quanto aos “descendentes” dos Carnijó.

No Brasil República, os Fulni-ô acumularam apoio político suficiente para serem reconhecidos pela agência estatal específica. A construção de alianças com intelectuais e missionários e as relações ritualísticas com índios de diferentes etnias da região colaboraram muito para a emergência étnico-indígena do Nordeste contemporâneo.

Marcados por um forte sentimento de religiosidade católica relacionado à rememoração dos seus saberes tradicionais indígenas, são praticantes do Ouricuri e têm ao mesmo tempo Nossa Senhora da Conceição como padroeira da aldeia.

O Ouricuri denomina tanto o ritual sagrado Fulni-ô quanto o local que fica na mata a 6km da aldeia sede, localizada no núcleo urbano de Águas Belas. Ficam reclusos neste local três meses durante o ano e é terminantemente proibido o acesso de não índios.



FOTO DO GRUPO DE APRESENTAÇÃO FULNI-Ô: ARQUIVO CIMI

Tuxá

Na região do submédio São Francisco, entre Sobradinho e a Cachoeira de Paulo Afonso, habitavam vários povos de línguas Kariri e Procá. Eram espaços de refúgio para diversas etnias atingidas pelas investidas dos “curraleiros” baianos, os poderosos criadores de gado.

Nesses aldeamentos processou-se a criação de uma nova cultura indígena onde os rituais do toré, da jurema e do particular tornaram-se expressão, ao mesmo tempo, da conversão dos índios ao cristianismo e de suas identidades étnicas específicas. Estes rituais acompanharam as famílias indígenas em suas migrações entre as ilhas e as antigas missões, permitindo que se construísse uma rede de relações étnicas e rituais entre os povos habitantes dessas antigas missões: Tuxá, Truká, Tumbalalá, Atikum e Pankará.

A Aldeia Tuxá de Rodelas é uma das mais fortes referências étnicas e rituais dos povos indígenas do Sertão. Foi atingida na década de 1980 pela construção da barragem de Itaparica, os Tuxá tiveram seu território tradicional inundado e sua população dispersa em três núcleos distintos.

Até hoje a Chesf não concluiu a devida reparação ao povo Tuxá, que continua sem terra e dividido em periferias dos municípios da região.



Pankararu

O entre serras, as nascentes, os animais e a mata são o território dos encantados que habitam e orientam a vida dos moradores do Brejo e de todos aqueles que têm ali suas referências.

O antigo aldeamento missionário de Brejo dos Padres, em Tacaratu (Pernambuco), é o centro de uma rede de relações rituais e políticas que incluem cerca de uma dezena de etnias indígenas. Fundado em 1802, este aldeamento visava concentrar os índios transferidos das missões, bem como atrair os bandos errantes de índios que se refugiavam nos sertões da Serra Negra. O aldeamento ainda recebeu um contingente de negros libertos, com a abolição da escravidão e o processo de loteamento das terras das aldeias no final do século XIX.

Para dar conta dessa origem heterogênea, os Pankararu de hoje afirmam que seu “nome completo” é Pancarú-Geritacó-Cacalancó-Umã-Canabrava-Tatuxi de Fulô. Isso permite, ao mesmo tempo, lembrar a sua origem na reunião de vários povos e possibilitar a formação de novas etnias a partir da matriz cultural e genealógica do Brejo dos Padres.

É dessa maneira que os Pankararu centralizam um conjunto de relações étnicas que abarca os povos Pankararé, Kantaruré e Pankaru, na Bahia; Kambiwá e Pankaiuká em Pernambuco; Jeripankó, Kalankó, Karuazu, Koiupanká e Katökin em Alagoas; os Pankararu de Real Parque, em São Paulo, e os Pankararu do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.



FOTO PRAIAS PANKARARÚ: BRUNO PACHECO DE OLIVEIRA



Tupinambá

Até o ano 2000, os Tupinambá eram conhecidos como os “Caboclos de Olivença”, população rural deste distrito litorâneo de Ilhéus onde existiu um antigo aldeamento jesuítico. Tupinambás, Tupiniquins, Tabajaras, Aimorés, Botocudos e Kamakás, constituíram as bases para a formação do grupo social dos “Caboclos de Olivença”.

Submetidos ao controle dos padres missionários e depois aos fazendeiros de cacau, os indígenas atravessaram os séculos buscando manter-se nas terras herdadas do antigo aldeamento. Na década de 1990, iniciaram a mobilização pela afirmação de sua etnicidade e pelo reconhecimento de seus direitos à terra e à assistência específica.

A afirmação da identidade Tupinambá está alicerçada na intensificação da produção cultural e na reivindicação de momentos e objetos para a construção de sua individualidade étnica. A adoção de nomes indígenas, o aprendizado da língua tupi (registrada pelos missionários) e a instalação de escolas indígenas são outras facetas do processo de reconstrução cultural vivido pelos Tupinambá de Olivença.

Estimuladas pelo movimento indígena em Olivença, outras famílias e coletividades organizaram-se no Sul da Bahia, reivindicando também o etnônimo Tupinambá. Após décadas de silêncio, os Tupinambá alimentam um vigoroso processo de reconstrução sociocultural e reescrevem a história da região e do Brasil.



Tremembé

Os Tremembé foram largamente citados na documentação histórica do período colonial. Povo guerreiro, ocupavam a costa do Ceará ao Maranhão, e apenas no século XVIII foram aldeados nas missões religiosas, muitas vezes convivendo e fundindo-se a outras etnias também aldeadas. Almofala foi o mais conhecido aldeamento dos Tremembé.

Em 1857, suas terras foram doadas aos índios da antiga povoação, mas acabaram sendo invadidas gradativamente por latifundiários. Contudo, a população indígena continuou vivendo na mesma região, inclusive mantendo o ritual do torém.

Em 1898, a igreja de Almofala foi soterrada pelas areias de uma duna, o que coincidiu com uma diáspora das famílias Tremembé. Algumas ficaram vivendo nos arredores da terra do aldeamento, enquanto outras migraram para áreas mais distantes, constituindo um modo de ocupação tradicional nas regiões de praia, mangue e mata onde passaram a viver.

Chamados de “caboclos” ou “descendentes de índios” pelos regionais, os Tremembé passaram a reivindicar o reconhecimento oficial de sua identidade étnica a partir da década de 1980. Atualmente, requerem a demarcação de quatro áreas, todas no litoral do Ceará, enfrentando o cerco de empreendimentos turísticos e industriais.

Em 2003, a Terra Indígena Tremembé Córrego do João Pereira foi a primeira a ser homologada nesse estado.



ASSEMBLÉIA TAPEBA: FOTO ESTEVÃO PALITOT

Tapeba

O município de Caucaia teve origem na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres, fundada pelos padres jesuítas no final do século XVII para aldear os índios Potiguara que viviam nas margens do rio Ceará. Sua composição étnica tornou-se variada com a transferência de índios Tremembé, Kariri e Jucá. No século XIX, as atividades provinciais vieram a considerar extintas todas as aldeias do Ceará, favorecendo a apropriação por terceiros das terras habitadas pelos indígenas.

Só a partir de meados dos anos 1980, é que a presença indígena no Ceará começou a ser notada, e justamente pela mobilização dos índios Tapeba de Caucaia. Unidos em defesa dos mangues do rio Ceará, de onde retiram seu sustento até hoje, deram início ao movimento que permite a revisão da história de apagamento das populações indígenas no Ceará.

Envolvidos no processo de metropolização de Fortaleza, lutam desde a década de 1980 pelo reconhecimento de sua identidade étnica, pelos seus direitos coletivos e pela demarcação de suas terras. Existem inúmeros posseiros na área e várias aldeias configuram-se como extensão de bairros ou de conjuntos habitacionais. A oposição de fazendeiros, políticos e corretores imobiliários contra a demarcação do território Tapeba é intensa. A demarcação da Terra Indígena Tapeba arrasta-se desde 1986, quando foram feitos os primeiros estudos para sua identificação.

Apesar dos entraves à regularização fundiária do território Tapeba, este povo indígena destaca-se no contexto local e nacional como um dos mais organizados e mobilizados em favor da garantia de seus direitos e no desenvolvimento de projetos sociais.



Potiguara

Os Potiguara vivem no litoral paraibano e são o povo indígena mais numeroso da região Nordeste. Originalmente falantes de tupi, ocupavam um vasto território costeiro de Pernambuco ao Ceará. Orgulham-se do fato de a documentação sobre a presença do povo na região da Baía da Traição ser ininterrupta desde 1501.

Foram utilizados como mão de obra no corte de pau-brasil, nas plantações de cana e viraram-se envolvidos com as disputas entre portugueses, franceses e holandeses. Após lutarem ao lado dos portugueses, receberam do rei doações de quatro léguas de terras no litoral sul da Paraíba. Nestas áreas formaram-se os aldeamentos missionários do século XVII, principais referenciais da identidade étnica dos Potiguara contemporâneos.

No começo do século XX, suas terras foram invadidas pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, que passou a exercer um poder com mão de ferro, visando expulsar os indígenas. Usinas de álcool e açúcar possuíam grandes plantações dentro das terras indígenas, provocando sérios conflitos socioambientais.

As atividades econômicas desenvolvidas pelos Potiguara são a agricultura de subsistência e a pesca artesanal. Porém, muitos Potiguara estudam ou trabalham fora de suas aldeias, chegando inclusive a cursar a universidade. Outros participam ativamente da política partidária local, ocupando cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. São índios do tempo presente, que enfrentam desafios atuais e elaboram projetos para o futuro.



Pataxó/Pataxó-Hã-Hã-Hãe

Os Pataxó, povo indígena do sul da Bahia, foram, ainda no século XIX, divididos em dois grupos: os Pataxó do extremo sul e os Pataxó Hã-Hã-Hãe.

Os Pataxó foram reunidos aos remanescentes Tupiniquim, Menyãe Botocudo da “costa do descobrimento”, e aldeados em 1861, no lugar chamado Barra Velha, próximo ao Monte Pascoal. Após esta data, viveram da agricultura e da pesca, em relativo isolamento, até a década de 1950. Nesse período foi iniciado o processo de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, desencadeando um sério conflito com a comunidade de Barra Velha. Muitas famílias passaram a ocupar antigas regiões de presença indígena por todo o litoral do extremo sul da Bahia. A mais famosa dessas aldeias é Coroa Vermelha, onde estão fincados os marcos da primeira missa rezada no Brasil e onde os Pataxó exercem a atividade de comerciantes de artesanato e guias turísticos.

Os Pataxó Hã-Hã-Hãe atuais vivem na zona cacaueira do sul da Bahia e são o resultado da junção dos grupos Hã-Hã-Hãe e Baenã na Reserva Caramuru-Paraguassu do antigo Serviço de Proteção aos Índios – SPI. A estes vieram juntar-se grupos de refugiados Guerém, Kamakã, Tupinambá de Olivença e Kariri-Sapuyá expulsos de suas terras pelas lavouras de cacau. Na década de 1960, estas coletividades tiveram suas terras invadidas por fazendeiros.

Atualmente, os dois grupos Pataxó destacam-se nas lutas pela retomada das suas terras tradicionais ocupadas pelos latifundiários, pelo turismo, pelo Parque Nacional do Monte Pascoal e pela expansão dos cultivos de eucalipto.

séc. XX-XXI



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Sergio Fernando Moro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

ficha técnica

MUSEU NACIONAL

Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Denise Pires de Carvalho

Diretor do Museu Nacional
Alexander Kellner

Diretor adjunto administrativo
Wagner William Martins

Concepção, curadoria e coordenação geral
João Pacheco de Oliveira

Assistente de curadoria
Rita de Cássia Melo Santos

Produção executiva
Marilene Alves

Assistentes de produção
Fernanda Pires Santos
Paulo Victor Catharino Gitsin
(Setor de Museologia/Museu Nacional)

Setor de Etnologia
Antonio Carlos de Souza Lima
Crenivaldo Veloso
Michele de Barcelos Agostinho
Paula de Aguiar Silva Azevedo
Rachel Correa Lima
Ricardo Campos

Pesquisa sonora
Edmundo Marcelo Mendes Pereira

Design gráfico
Clarisse Earp (umastudio)
William de Lima

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral

Neide Alves Dias De Sordi

Coordenador-geral de Administração
Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental
Luana Farias Sales Marques

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação
do Acervo
Aluf Alba Vilar Elias

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos
Mariana Barros Meirelles

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal
Larissa Candida Costa

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão
do Acervo
Letícia dos Santos Grativil

Assistente da coordenação
Frederico Bittencourt

Editoração
Mariana Simões

Educação em Arquivos
Claudia Tebyriçá

Programação Visual
Giselle Teixeira

Coordenador de Preservação do Acervo
Tiago Cesar da Silva

Coordenador de Recursos Logísticos
Tito Faccioli Ribeiro

Assessoria de Comunicação
Tássia Hallais Veríssimo

APOIO

Apoimne – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

Associação Amigos do Museu Nacional
Fundação Joaquim Nabuco

Laced – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura
e Desenvolvimento (Departamento de Antropologia/Museu Nacional)
Setor de Etnologia (Museu Nacional)



MUSEU
NACIONAL
UFRJ



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

